



BIBLIOTECAS
DE LISBOA

A CANÇÃO DE PORTUGAL: O FADO: PUBLICAÇÃO SEMANAL LITERÁRIA E ILUSTRADA – semanário publicado em Lisboa de 2 de abril de 1916 a 18 de maio de 1919 (139 números)¹, da propriedade e direção de um

jornalista de *O Século*, Jorge Gonçalves (pontual e informalmente substituído por Mário Salgueiro, em meados de 1918). Mais tarde, surge como proprietária a Empresa de “A Canção de Portugal” e como editor José Gonçalves Carneiro², sendo que, depois, surgem Ricardo de Sousa (Editor), Augusto C. de Sousa, (Secretário da Direção), Joaquim Urbano da Veiga Neves e Manuel Petronilha (Administradores-Editores) e Carlos Abrantes (Diretor Musical). Tinha, inicialmente, redação e administração na Rua do Arco a Jesus (81-1.º), depois transitando, sucessivamente, para a Calçada do Combro e para a Rua do Poço dos Negros, sendo impresso na Sociedade Nacional de Tipografia (Rua de O Século, 43).

Em meados de 1918, teve interrupções, motivadas pela doença do seu diretor, período em que a redação e a administração transitaram definitivamente para a Rua dos Poços dos Negros e se iniciou a impressão numa tipografia própria. Era inicialmente vendido ao preço de 2 centavos (20 réis) por número avulso, com assinatura anual no valor de 20 centavos (20 réis) em série de 10 números, cujo pagamento deveria ser adiantado. Quando terminou, o número avulso já era vendido a 30 réis. O formato é de 4 páginas e inclui artigos de opinião, notícias, contos, poemas, partituras, concursos e anúncios. Na primeira página, é comum uma pequena homenagem a artistas consagrados do nosso panorama artístico e teatral em particular. Trata-se de um periódico que apresenta coleções de letras e partituras de fados, conteúdo noticioso, artigos de opinião e um permanente fórum de debate.

Nesse período, para além da publicação deste semanário, a Empresa lançou o livro *A Canção Popular* – “o melhor livro de fados que se tem publicado” – e deu guarida na sua sede à Comissão Instaladora do Grémio “A Canção de Portugal”, que se reuniu pela primeira vez a 17 de junho de 1917, mas ainda na Associação Escolar de Ensino Liberal. Foi promotora de festas, como a 31 de março de 1918, no Teatro de S. Carlos, ou a 15 de junho do mesmo ano, no Teatro Cine Barreirense, onde se cantaram fados e canções.

¹ Na Hemeroteca Municipal de Lisboa existem os seguintes exemplares: n.º 14 (2 Jul. 1916), n.º 17 (23 Jul. 1916), n.º 31 (29 Out. 1916), n.º 34 (19 Nov. 1916), n.º 36 (3 Dez. 1916), n.º 39 (24 Dez. 1916), n.º 40 (31 Dez. 1916), n.º 48 (25 Fev. 1917), n.º 52 (25 Mar. 1917), n.º 53 (1 Abr. 1917) e n.º 62 (3 Jun. 1917).

² Supostamente, trata-se do indivíduo que é considerado um revolucionário ligado à Carbonária, <http://auren.blogs.sapo.pt/468754.html> [Consult. 15 out. 2014].

CONTEXTO HISTÓRICO

A publicação deste semanário insere-se num período histórico que terminará por volta dos anos 30 desse século, em que se assiste a transformações relacionados com os lugares onde o fado se cantava, progredindo na época desde os ambientes populares e outros mais marginais para se instalar também nos salões domésticos da aristocracia e burguesia ou nas salas de espetáculos (revista, comédia e opereta). Mas, para esta mudança histórica do fado, também contribuiu a introdução em Portugal da gravação sonora (1904), passando a existir um repertório interessante de fados gravados, disseminando-o social e geograficamente. Este progresso foi, então, acompanhado por intenso debate escrito, não só pelo surgimento de livros sobre o tema (*História do Fado*, de Pinto de Carvalho “Tinop”, 1903; e *A Triste Canção do Sul: subsídios para a história do fado*, de Alberto Pimentel, 1904), como periódicos especializados (*O Fado*, de Carlos Harrington, 1910; *A Alma do Fado*, de Raul Augusto de Oliveira e A.C. de Sousa, 1910; *O Fadinho: Semanário de Crítica e Propaganda do Fado*, de José Carlos Rates, 1910), dirimindo-se razões sobre se o fado seria, ou não, a *canção nacional*. A favor desta causa posiciona-se, claramente, *A canção de Portugal*, tendo na sua direção um dos seus principais defensores (Jorge Gonçalves), representante de uma pura intelectualidade fadista.

Em plena I República, o fado cantou o regime, fortificando a mensagem deste, através de um papel atribuído ao fado como instrumento político e social, abrindo mentalidades, vivências e paixões, também expressas naquilo que se ia publicando, embora logo se notasse, poucos anos depois, uma separação entre o movimento operário e o republicanismo, dado o incumprimento de algumas promessas do regime.

COLABORADORES LITERÁRIOS

Este semanário teve inúmeros colaboradores, destacando-se Avelino de Sousa (1880-1946), fadista, compositor, poeta popular e dramaturgo, precisamente oriundo daquele movimento operário. Até ao número 52 (25 de março de 1917), ele manter-se-ia como redactor residente, passando a colaborador, face aos “seus muitos afazeres”. Publicaria, entre outros, os livros *Canções do Fado*, *O Fado das Mulheres*, *A Canção Nacional* (com prefácio de Angelina Vidal), *Cinquenta Sonetos* e *Cantem Todos*. Neste periódico, é sobretudo depois da saída de Avelino de Sousa como redactor que este travaria, com outros nomes, um intenso debate acerca do posicionamento do fado como *canção nacional*.

Desde logo, esse despique dá-se com Ernesto Belo Redondo (1900-1957), jornalista e escritor, também ele colaborador desta publicação, que curiosamente passaria a secretariar a redação a partir do número 113 (20 de outubro de 1918). Num artigo intitulado “Novas ideias para o Fado” (25 de março de 1917), Avelino de Sousa exalta a vivacidade desta expressão musical, na época, enquanto Belo Redondo fala na necessidade de um “fado de amanhã mais português”, menos canção de mareantes e menos a cheirar a

vinho, ao que Avelino de Sousa, ironicamente, diz que, assim, o fado passaria a cheirar, não a vinho, mas a leite, pó de arroz e água-de-colónia.

Claro que este debate era suportado por duas concepções distintas, uma que admitia o tradicional ambiente fadista e o outro que defendia uma necessária mudança nos espaços e ambientes do fado. A polémica continuou entre estes dois cultores, à qual a direção do semanário tentou pôr fim: “Como promete tornar-se longa a polémica entre os srs. Avelino de Sousa e Belo Redondo, polémica com que o Fado nada lucra, publicamos ainda este artigo do primeiro d’aqueles senhores a quem, como um verdadeiro amigo do Fado, não quisemos coartar o direito de defesa, dando assim por terminado o incidente levantado entre aqueles dois cavalheiros a quem rogamos que empreguem o seu talento para dignificarem mais a lusitana canção se esse é o eu intento, e não para à sombra desse talento fazerem da melodiosa trova um pomo de discórdia.” (15 de abril de 1917).

Neste mesmo número, após um ano de publicação, há a firme convicção dos seus colaboradores e leitores de que seria importante reflectir sobre um ano de existência: “Não podia – mesmo que quisesse – deixar de congratular-me pelo bom êxito que tem alcançado, no decurso de um ano, o nosso querido semanário, onde o fado continua a encontrar, da parte dos seus mais fervorosos adeptos, o maior acolhimento. E porquê? Porque ali não o censuram, pelo contrário elevam-no. O fado não morreu e não morre. A prova é que ele é cantado em todas as terras de Portugal. Não há aldeia por mais recôndita que esteja no nosso país, onde o fado não vá, levando como bálsamo a todos aqueles que sofrem as suas notas tão maviosas e sentidas.” (Vítor Gomes, excerto de “Duas palavras”, 15 de abril de 1917).

A DEFESA DO FADO COMO CANÇÃO NACIONAL

A defesa mais sistemática do fado como *canção nacional* acontece, sobretudo, a partir de 20 de outubro de 1918. Nesse preciso número, sob o título “O Fado: a sua tendência literária”, em jeito de editorial, o seu autor [Jorge Gonçalves] refere:

“Muitos dos críticos que têm apreciado a canção nacional sob o ponto de vista literário afirmam que o Fado morreu com o romantismo – essa escola literária que imortalizou Garrett e Herculano e dominou por completo durante todo o século passado. Acrescentam que, assim, o Fado tem vivido, durante o século que decorre, uma vida artificial que não tardará a apagar-se com o desaparecimento dos últimos impenitentes românticos.

Discordamos inteiramente desta opinião porque se baseia no falso princípio de que o Fado tem que ser cantado por criaturas de sensibilidade mórbida que se estilizam ao luar, no misticismo suave das noites, ou se entusiasмам loucamente nos episódios bravios das esperas de touros.

Esse Fado que usava calça à boca-de-sino e sabia rir e chorar com as cortesãs – que eram simultaneamente suas amantes ideias e instrumentos dos seus

instintos perversos – conhecia as paragens áridas do degredo e tinha sempre a bailar-lhe sarcasticamente nos lábios avinhados um sorriso cínico; esse Fado, dizíamos, que fez época em Lisboa há mais de meio século, já não existe, porque caracteriza um meio que não se coaduna de forma alguma com os nossos hábitos de hoje.

Mas se o cenário e os cultivadores da canção nacional desses tempos desapareceram, o Fado ficou sempre, com novas formas e novos adeptos, como religião imperecível que é, por isso que encontra na alma popular a melhor justificação da sua existência.

Se quisermos averiguar da tendência literária do Fado no momento que decorre, concluiríamos, num exame geral, que ele é romântico com a mocidade boémia de Coimbra e realista com a de Lisboa. Em Coimbra tudo se conjuga para nos falar do misticismo suave das coisas, predispondo-nos ao sonho, e em Lisboa o turbilhão babilónico que nos envolve e esmaga acorda em nós o instinto agudo da realidade.

Parece-nos que o Fado tende hoje para o realismo que encontrou em Avelino de Sousa o seu mais dedicado adepto e apreciado cultivador. É provável que esta tendência se acentue ainda mais, porque o realismo quasi está em começo e não deu toda a soma de beleza de que é susceptível.

No entanto o Fado não é exclusivo de uma escola e por isso se compreende que tenha conservado as suas características através [d]as várias renovações literárias que a história regista.” (20 de outubro de 1918)

No mesmo registo, muitos foram os nomes que fizeram a defesa do fado como *canção nacional*: – “É o Fado! É a alma portuguesa, eternamente triste e sonhadora, que vibra pelas cordas da guitarra.” (Jorge Furtado Coelho); – “O Fado é a canção imperecível da Raça Portuguesa!” (Abel A. Almeida); – “O Fado é a corrente magnética que faz vibrar a alma portuguesa” (Franco Martins); – “O Fado é para nós outros o que é para a Suíça o ranz das vacas de sugestiva melodia.” (Angelina Vidal); – “[S]e o Fado, o pobre Fado, teve ou tem a desventura de andar de braço dado com marcantes, bêbedos e comborças pelos alcouces e pelas tabernas, também teve e tem a suprema ventura de penetrar nos aristocráticos salões, casinos e teatros, ao colo de nobres titulares e literatos de nome. Esta é a prova mais evidente de que ele é a Canção Nacional mais querida do povo e aquela que, pelo eu sentimento, e pelo lado educativo, pode ser cantada por todos sem que por isso ele não esteja há muito dignificado.” [Jorge Gonçalves]; “Incontestavelmente o fado é, foi e será sempre a verdadeira canção nacional e mais popular do nosso paiz” (Ribeiro de Sandovill).

Em contraponto, Severo Portelo considera a origem galaica do fado, a que Jorge Lar responde que o fado é “a saudade feita música”, de uma música de compasso binário, enquanto o cantar galego é ternário.

OUTRAS TEMÁTICAS

Em complemento com as colunas de debate acerca desta acesa polémica, desfilam pelas páginas deste semanário diversas rubricas: “Lírica Popular”, “Arranhões... à Guitarra”, “Fado das ruas”, “Fantasias literárias”, “Teatros a animatógrafos”, “Carnet das damas”, “Vida literária”, “A ‘Canção’ na(s) província(s)”, “A traços rápidos”, “Cosmorama”, “História da guitarra”, “Folhetim de ‘A Canção de Portugal’”. Em todos os números, são apresentados poemas e partituras, resultando um conjunto vasto durante os anos de publicação, com identificação dos seus autores e não tanto de quem os cantava, pressupondo-se que muitos deles se referem a temas novos. Versam temáticas ligadas ao quotidiano popular e a diferentes geografias.

Um “Inquérito sobre o Fado” é lançado a partir de 10 de novembro de 1918, apesar de anunciado antes. Teve como objectivo “opor à campanha dissolvente que há tempo se vem fazendo contra a canção nacional as ideias dos mais competentes no assunto” (10 de novembro de 1918), através de entrevistas “aos entendidos sobre os vários aspectos do Fado” (27 de outubro de 1918). O início foi feito com João Pinto Ribeiro de Carvalho (Tinop) – “o primeiro escritor que escreveu um livro sobre a canção nacional” (27 de outubro de 1918). Pinto de Carvalho releva, designadamente, que: “No *fado*, parece latejar a aspiração da nossa alma para o Absoluto e para o Ideal.” (10 de novembro de 1918)

Lançada um mês após a entrada de Portugal na Grande Guerra, esta publicação é reveladora da mobilização social de práticas artísticas face à mobilização militar de combatentes oriundos de todo o País, juntando-se este tema aos já tradicionalmente cantados.

Longe das terras em conflito, a poesia para o fado é publicada face aos ecos aqui chegados. No número que noticia o fim do conflito e sob o título “A hora da paz”, lê-se: “A Canção de Portugal evoca, com todos os portugueses, a memória dos que souberam bater-se e morrer pela Liberdade, felicita os vencedores e, de olhos postos na Pátria, saúda a aurora deslumbrante dum mundo novo.” (17 de novembro de 1918) A acompanhar os textos evocativos, lê-se um poema de Joaquim S. Caperta, ao centro da primeira página, intitulado: “Hurrah pelos heróis!”.

O último número conhecido desta publicação (139) não tem despedida por parte da redação, até porque nele ainda se escreve que a Empresa pretendia encetar uma grande propaganda do semanário “por toda a província”, de onde sempre foram necessários angariadores de anúncios, a que se dava “comissões vantajosas” – “Aceitam-se agentes nas terras da província onde os não haja”, pedia-se recorrentemente.

A Canção de Portugal, como periódico, não continuou – no ano seguinte, surgiria *A Trova Popular*, de José Nunes –, mas o fado consolidou a sua disseminação pelo País, não dispensando os veículos de difusão, como a imprensa, e de reunir “todas as condições para educar esteticamente o povo, despertando-o para a vida psíquica e intelectual.” (10 de novembro de 1918)

Os seus promotores e colaboradores assim se esforçaram por elevar o fado a *canção nacional* e muito orgulhosamente ficariam, hoje, sabendo da sua inscrição formal na lista do Património da Humanidade. Para estudar essa época, designadamente no período da Grande Guerra, há que tomar em conta esta publicação, tão escassamente analisada do ponto vista da informação histórica e teórica e distante da historiografia recente.

Hoje em dia, o fado universaliza-se, ao mesmo tempo, porém, que por cá se vive no dilema conflitual entre a intelectualidade elitista e os cultores populares, o que resulta que uns e outros nem sempre vivenciam determinadas casas de fado, incluindo aquela que tem como missão a salvaguarda e valorização patrimonial. Há que aprender com os entusiastas de há cem anos e com os interesses genuínos que, com certeza, os caracterizava.

Fonte bibliográfica: *A canção de Portugal: o fado: publicação semanal literária e ilustrada*, Lisboa, 2 de abril de 1916 a 18 de maio de 1919

Por Jorge Mangorrinha

Lisboa, Hemeroteca Municipal, 27 de novembro de 2014